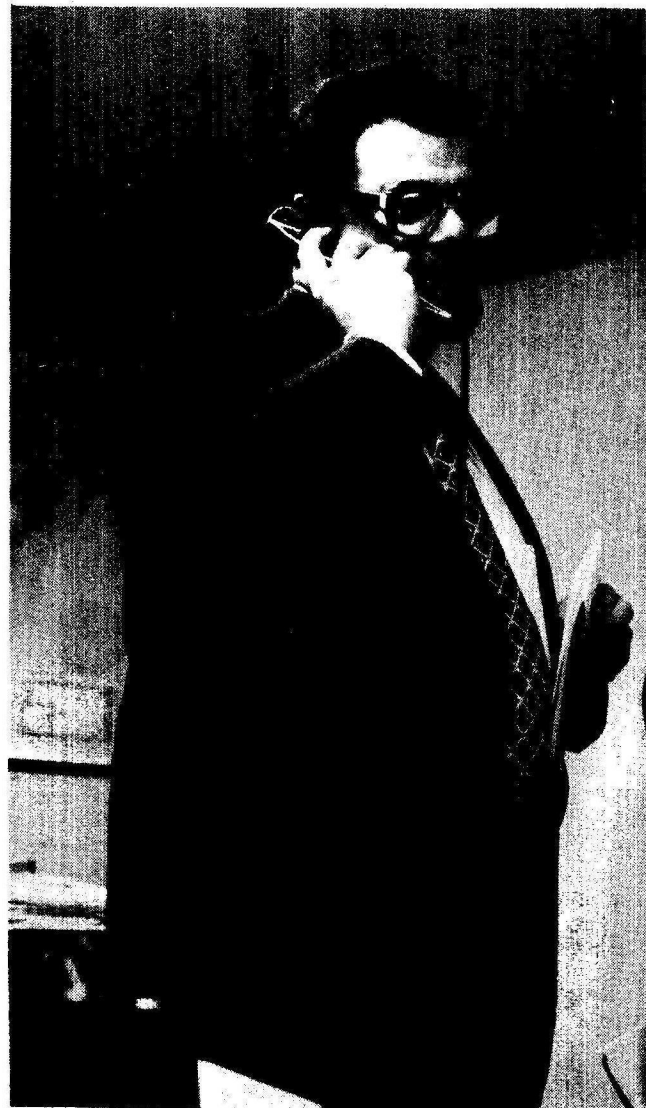


Brasil e FMI na reta final



Delfim está em Washington confiante

Para que o Board do Fundo Monetário Internacional possa aprovar o programa de ajustamento da economia brasileira, definido na terceira carta de intenção, abrindo caminho à regularização das contas externas do país neste e no próximo ano, o ministro de Planejamento, Delfim Netto, terá de assegurar ao diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, com quem se reunirá amanhã, em Washington, que a partir deste mês a inflação efetivamente declinará, assegurando a meta negociada do déficit do setor público, para 1984, de zero por cento do PIB, em termos reais, e de Cr\$ 16.660 bilhões em termos nominais.

O ministro está convencido de que o efeito do elenco de medidas fiscais e monetárias, aliado à política salarial e à estabilidade da oferta de alimentos, convergirá, inapelavelmente, para um declínio da inflação. Não se compromete com anúncios de quanto a inflação baixará e a partir de quando, mas sustenta que, acionada a instrumentação definida pelo governo, não haverá outra alternativa senão a queda das taxas.

Na discussão da programação para 1984, que não foi claramente especificada na terceira carta de intenção, e que será objeto de negociação quando uma equipe do FMI chegar ao Brasil na primeira semana de dezembro, o problema da quantificação da taxa inflacionária anualizada será definida, considerando-se difícil que a Seplan mantenha o compromisso implícito de uma taxa de 55%. Os técnicos que participam diretamente das negociações afirmam que ainda

não há uma taxa definida, trabalhando-se com hipóteses que vão de 65% a 85%, esta última considerada mais factível. Evidentemente, na hipótese da aceitação dessa taxa pelo FMI, o déficit público nominal, de Cr\$ 16.660 bilhões, que considerou, para seu cálculo uma taxa de 55%, terá de ser reformulado.

Definido o acordo, o que deverá ocorrer na reunião do Board do FMI, na próxima sexta-feira, poderão ser liberados, a crédito do Brasil, perto de US\$ 3 bilhões, correspondentes a duas parcelas retidas do empréstimo-jumbo dos bancos privados e duas tranches do financiamento concedido pelo Fundo Monetário.

Esses recursos, contudo, não serão internados no Brasil, passando pelo Banco Central, apenas para mero registro contábil. Na verdade, eles se destinam ao pagamento de atrasados relativos aos empréstimos-ponte, no valor de US\$ 1,4 bilhão, e aos créditos do banco para compensações internacionais, no montante superior a US\$ 1 bilhão.

Isso significa que, em decorrência do fechamento do acordo, a situação de iliquidez do país não será eliminada no curtíssimo prazo, pois os atrasados comerciais e de pagamentos de juros já ultrapassam os US\$ 2,5 bilhões e somente serão saldados quando ingressarem as primeiras parcelas do dinheiro novo, de US\$ 6,5 bilhões, em fase de negociação com os bancos.

O fechamento do acordo com o FMI, no dia 18, corresponderá à definição das necessidades de financiamento e refinanciamento

das contas externas brasileiras neste e no próximo ano, que mobilizarão recursos no montante de US\$25.468,5 milhões, dos quais, US\$20.945,5 milhões serão obtidos somente junto aos bancos privados, o Clube de Paris, os governos dos Estados Unidos, Europa e Japão, e o Fundo Monetário Internacional.

A participação dos organismos internacionais como o Banco Mundial e o BID, somará US\$1 bilhão, incluindo os saldos deste ano e os novos empréstimos a serem desembolsados em 1984, enquanto das agências governamentais serão obtidos US\$ 1.816 milhões, e mais US\$ 400 milhões de empréstimos intercompanhias e Cr\$ 600 milhões de investimentos diretos.

Técnicos da Seplan que participam das negociações com o Fundo Monetário acreditam que não será necessário ao Brasil solicitar um waiver (perdão) ao Fundo, em decorrência do não cumprimento da meta de déficit público nominal, que de Cr\$ 19.350 bilhões programados para dezembro deste ano poderá ultrapassar os Cr\$ 22 trilhões, assim como da meta inflacionária, correspondente à taxa média mensal de 5% no último trimestre, e que deverá ficar em torno de 9%.

Todo o esforço do ministro do Planejamento nos contatos que manterá em Washington com Larosière e membros do board do FMI será no sentido de demonstrar que o Brasil seguiu à risca o figurino indicado pelo Fundo, no tocante aos instrumentos de política monetária e fiscal, redução de despesas públicas e contenção salarial.